

TERRITÓRIO RURAL DE PROF. CORY / ANDRADINA E AS AÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DO SUASA - SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA

Valéria da Silva Modenese¹
Douglas de Araujo Gonzaga²
Thainá Berlim de Oliveira Santos³
Ticiane Petean Pina⁴
Antonio Lázaro Sant'Ana⁵

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise das ações do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Professor Cory/Andradina em conjunto com a assessoria do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) acerca do tema de Inspeção Sanitária, mais especificamente, o SUASA. Desde o início da assessoria do NEDET ao Colegiado em novembro de 2014, este tema (SUASA) já vinha sendo bastante discutido pelos membros do CODETER, mas sem conseguir ações mais concretas e efetivas. Já nas primeiras reuniões, o NEDET auxiliou na organização de um seminário sobre o tema, que foi realizado no mês de março de 2015 em Pereira Barreto, um dos onze municípios pertencentes ao Território Prof. Cory/Andradina. O seminário contou com um grande número de participantes do Território, com a presença do delegado do MDA e outros palestrantes convidados que trataram da importância do processo de implantação do SUASA e de experiências concretizadas no Mato Grosso do Sul. Discutiu-se ainda, o papel que teria um consórcio de municípios, no sentido aumentar a força e a viabilidade para aprovação e implantação da inspeção sanitária. Ao término do Seminário foi criado um Grupo de Trabalho para tratar de assuntos relacionados ao tema no Território Prof. Cory/ Andradina. As próximas atividades giraram em torno de reuniões realizadas por este grupo, no qual o NEDET também participa como articulador. As reuniões têm visado discutir e buscar formas de se realizar a implantação de um sistema de inspeção de maneira mais eficaz no Território, de modo a viabilizar a agregação de valor aos produtos oriundos dos produtores familiares, de modo a fortalecer esse segmento social e a política territorial. Neste contexto, o grupo organizou uma visita técnica para conhecer a estrutura do Consórcio do Vale do Ivinhema em Bataguassu (MS), e segue realizando reuniões, ainda que com dificuldades de implantação efetiva da inspeção no Território, pois depende de uma articulação política complexa, envolvendo organizações de produtores assentados, técnicos (veterinários), prefeituras e consórcios de municípios.

Palavras chaves: Inspeção sanitária, Agregação de valor, Articulação política, Assentamentos rurais, Desenvolvimento territorial.

¹ Engenheira Agrônoma graduada pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira FEIS - Unesp, Mestranda em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção – FEIS –Unesp (lelamodenese@hotmail.com).

² Engenheiro Agrônomo graduado pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, FEIS - Unesp, Mestre em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS – Unesp (dousgonzaga@gmail.com).

³ Graduanda em Agronomia pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, FEIS – Unesp, (thainaberlim@gmail.com).

⁴ Engenheira Agrônoma graduada pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira FEIS - Unesp, Mestre em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção, FEIS – Unesp, Doutoranda em Agronomia com ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS – Unesp (prof.ticiane@gmail.com).

⁵ Livre-Docente em Sociologia, professor da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira FEIS – Unesp (lazaroz@agr.feis.unesp.br).

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas são campos multidisciplinares do ponto de vista teórico-conceitual, busca-se por meio de suas análises a explicação de suas origens e processos. Uma teoria geral da política pública se baseia em identificar como são formadas as teorias no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas desencadeiam efeitos diretos nas sociedades e na economia, portanto qualquer teoria sobre políticas públicas também deve explicar as interrelações entre o Estado, a política, a economia e a sociedade (SOUZA, 2006).

De acordo com Secchi (2013), as políticas públicas são um conjunto de ações planejadas para solucionar ou conter um problema público, ainda que, na maioria das vezes, o agente de tais ações seja o governo. Além do setor público, o setor privado também pode ser um agente de formulação e implementação de políticas públicas, além de parcerias entre essas duas esferas, resultando em ações conjuntas. As entidades do terceiro setor, da mesma forma, podem ser tomadoras de decisão sobre as políticas públicas, sendo, inclusive, financiadas com dinheiro público.

Secchi (2013) destacou que em um processo de elaboração de política pública, os atores relevantes são aqueles que têm capacidade de influenciar o conteúdo e os resultados da mesma; que conseguem sensibilizar a opinião pública frente aos problemas de relevância coletiva; que tem influência na formação da agenda e que elaboram propostas e as transformam em ações. Dentre a diversidade de atores existentes, encontram-se os destinatários das políticas públicas, ou seja, os indivíduos, grupo e organizações para os quais a política foi elaborada, os quais também são conhecidos como *policymakers*.

A década de 1990 foi marcada pelo início de um intenso processo de reestruturação na economia brasileira, em que os agricultores familiares, antes marginalizados, passaram a ser reconhecidos e obtiveram destaque no debate das políticas públicas brasileiras. Schneider, Mattei e Cazella (2004) mencionam que até o início dos anos noventa não existiam políticas no cenário nacional, voltadas especificamente para este segmento social da agricultura.

Schneider, Mattei e Cazella (2004) destacam o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como o maior marco que ocorreu na esfera das políticas públicas. Para o meio rural brasileiro, a criação desse Programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social: os agricultores familiares, que anteriormente era designada por termos como: pequenos produtores; produtores de baixa renda; ou, ainda, agricultores de subsistência. O Pronaf nasceu com o objetivo de fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes e se deparavam com sérias dificuldades para se manter no campo.

Especialmente a partir de 2003, o governo aumentou significativamente os aportes financeiros para o setor por meio da instituição do Plano Safra da Agricultura Familiar e, redefiniu a estratégia de implementação dessas políticas públicas adotando o “enfoque territorial” de desenvolvimento rural (ADIB, 2005).

Segundo Mattei (2014), as políticas públicas de promoção de desenvolvimento rural foram ampliadas ainda mais através da adoção da dimensão territorial do desenvolvimento, buscando superar a ainda dominante concepção setorial da ação do Estado. Com isso, os territórios rurais, ao representarem a complexidade da vida e da produção no campo, colocaram novas demandas às políticas públicas. Neste contexto foi implementado o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT, criado em 2003) com investimentos em infraestrutura dirigidos à agricultura

familiar, gerando agregação de valor à produção e melhorias nas condições de vida da população rural.

A origem do PRONAT foi fundamentada nas múltiplas dimensões do desenvolvimento, com o objetivo de promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia, mediante quatro eixos estratégicos: a gestão social dos territórios, o fortalecimento do capital social, a dinamização das economias territoriais e articulação interinstitucional (BRASIL, 2011).

Uma das principais premissas da política do desenvolvimento territorial é a organização dos atores sociais, buscando fortalecer a sociedade civil por meio do controle social. A gestão social, enquanto um dos principais eixos para a consolidação do desenvolvimento sustentável, busca na descentralização política e administrativa, novas formas de organização social, em que o público beneficiário das políticas possa intervir nos processos decisórios, com base em seus conhecimentos e em suas leituras sobre a realidade local. Para isso, foram previstas a formação de Colegiados Territoriais, constituídos pelas associações e organizações representativas dos agricultores familiares, representantes do poder público, Organizações não Governamentais – ONGs e outras entidades relevantes para o processo de desenvolvimento territorial. Este Colegiado tem, por principal objetivo, coordenar as atividades de gestão dos programas e projetos do Território (BRASIL, 2010).

Neste sentido, a política de desenvolvimento dos territórios rurais que vem sendo oficialmente implementada no Brasil tem como fatores motivadores o resgate da importância econômica e dos valores rurais para o desenvolvimento do país; a necessidade premente de combater todos os tipos de desigualdades; e o papel fundamental do sistema familiar de produção e da reforma agrária na geração de produção, emprego e renda, bem como na própria dinamização socioeconômica local e regional das comunidades rurais (MATTEI, 2014).

A Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT – buscou, ao longo do tempo, identificar e fomentar a consolidação de territórios rurais, formados pelo conjunto de municípios com proximidade geográfica e coesão social e que detém predominância de elementos rurais, como, por exemplo, baixa densidade demográfica e pequena população. Para definir os Territórios Rurais, a SDT utiliza os seguintes critérios: presença de municípios com até 50 mil habitantes; concentração considerável de agricultores familiares, agricultores assentados pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias acampadas, fatos que caracterizam altas demandas sociais; municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e com o Desenvolvimento Local (Consad) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (TARSITANO, 2012).

Mattei (2014) considera que, o território é visto como um espaço socialmente construído, dinâmico e mutável, compreendendo de forma interligada as áreas rurais e urbanas e sendo caracterizado por um sentimento de pertencimento e de identidade sociocultural, o qual é compartilhado por uma diversidade de atores sociais que se mobilizam visando construir um projeto de desenvolvimento sustentável. Nesses territórios se organizam espaços públicos de mediação e concerto das políticas públicas, que obrigatoriamente precisam superar o caráter fragmentado das ações governamentais

O Território Prof. Cory/Andradina foi homologado em 28 de julho de 2004 e é constituído por 11 municípios, totalizando uma área de 6.891,6 km² e uma população total de 181.710 habitantes (IBGE, 2010). Os municípios que o compõe são: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci e Suzanópolis.

A economia do referido Território tem participação importante da agropecuária, com destaque para a cana de açúcar, pecuária de corte e de leite, sendo que as poucas indústrias são relacionadas com estas atividades: frigoríficos, laticínios, usinas de açúcar e álcool e indústria do couro. Também é marcante a presença de agricultores familiares originários de reassentamentos realizados pela CESP (Companhia Energética de São Paulo) e de projetos de assentamentos rurais que, segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, abrangem 33,74% do número de estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar na Microrregião (SANT'ANA et al., 2012). No total são 37 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, com aproximadamente 3.500 famílias assentadas (CODETER ANDRADINA, 2013).

O Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) surgiu a partir da orientação geral contida na Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014. O Núcleo de Extensão e Pesquisa Territorial que apoia a gestão do Território Rural Prof. Cory/Andradina foi formado a partir de Projeto proposto pela Unesp (Câmpus de Ilha Solteira). A Equipe é composta por um Coordenador de Projeto (no caso multiterritorial, pois há outra equipe que assessora o território Noroeste Paulista), pela Coordenadora do Núcleo, por um Assessor Territorial de Inclusão Produtiva, uma Assessora Territorial de Gestão Social, uma Assessora Territorial Gênero e um estudante bolsista de Iniciação ao Extensionismo. A atuação do Nedet visa contribuir para aplicação eficiente dos recursos de infraestrutura do Proinf e de outras fontes; dinamizar as atividades econômicas em bases sustentáveis; articular as políticas públicas e atores territoriais e estimular a participação social e a reafirmação de identidades, especialmente mulheres e os jovens. Embora possa propor ações e temas para a reflexão, com base em pesquisas e avaliações da Equipe e de seus colaboradores, busca, essencialmente, por meio de metodologias participativas e dialógicas apoiar as demandas dos atores territoriais, estimulando a participação e discussão das atividades projetadas e desenvolvidas no Território.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise das ações do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Professor Cory/Andradina em conjunto com a assessoria do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (Nedet) acerca do tema de Inspeção Sanitária, mais especificamente, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

O SUASA é o novo sistema de inspeção, organizado de forma descentralizada e integrada entre a União, por meio do Mapa, que coordena o sistema, como Instância Central e Superior; os estados e Distrito Federal, como Instância Intermediária; e os municípios, como Instância Local (BRASIL, 2013).

Atualmente apenas o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA está em processo de implantação. Cada serviço com adesão ao Sistema tem autonomia para organizar e gerir o seu serviço da forma mais conveniente e adequada à sua realidade, desde que não fira a legislação do SUASA e garanta a equidade de resultados da qualidade dos produtos (BRASIL, 2013).

O objetivo do SUASA é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo. A legislação do SUASA determina o respeito às especificidades regionais de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte. Isso permite os entes federados (estados e municípios) editarem normas específicas para agroindústria rural de pequeno porte. Portanto, é importante que cada serviço de inspeção estadual e municipal implante normas específicas estabelecendo parâmetros especiais para a aprovação e registro de agroindústria rural de pequeno porte, pois contribui para a

inclusão dos empreendimentos da agricultura familiar no mercado formal (BRASIL, 2013).

Após a adesão, os municípios, com o objetivo da sua manutenção nesse novo Sistema, serão auditados/acompanhados pelo Serviço de Inspeção do seu respectivo Estado, desde que este também já faça parte do SISBI-POA/SUASA. Caso o Estado ainda não tenha aderido ao referido Sistema, o MAPA fará as auditorias de manutenção em todos os Serviços de Inspeção Municipais - SIM's (BRASIL, 2013).

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consistiu, além da revisão bibliográfica sobre os temas do desenvolvimento territorial e do SUASA, em consultas às atas de reuniões, relatórios e outros documentos da assessoria do Nedet ao Território Prof. Cory/Andradina. Em função dos autores deste trabalho serem os integrantes do referido Nedet e alguns terem participado diretamente de todas as atividades, fez parte também do trabalho a análise realizada a partir desta observação participante, tal como definida por Chizzotti (1991).

3 RESULTADOS

A assessoria do NEDET ao Colegiado foi iniciada no mês de novembro de 2014, e este tema (SUASA) já vinha sendo tratado em várias pautas de reuniões anteriores do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) Prof. Cory/Andradina e muito discutido pelos seus membros, contudo ainda sem alcançarem avanços em termos de ações mais efetivas.

Logo nas primeiras reuniões, o Nedet pode auxiliar na organização de um seminário sobre o tema, que foi realizado em março de 2015 em Pereira Barreto, um dos onze municípios pertencentes ao Território Prof. Cory/Andradina. Este Seminário contou com expressiva presença de presidentes de Associações e Cooperativas e também outros públicos do Território. Durante o Seminário foi realizada uma mesa redonda com a participação do delegado do MDA, Reinaldo Prates, que tratou da importância da inspeção sanitária e a necessidade de adesão ao Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para acesso às políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ressaltando ainda o impacto desses pontos para o fortalecimento da agricultura familiar e um desenvolvimento sustentável do Território Prof. Cory/Andradina. A presença do Delegado neste Seminário foi de suma importância para frisar a relevância do assunto abordado e motivar os atores sociais presentes, dando suporte estadual para os passos seguintes em relação ao tema Inspeção Sanitária e SUASA no Território. Também discursaram os palestrantes convidados, o Engenheiro Agrônomo Paulo César Saraiva (CATI – São Paulo) e o Sr. Emilson Fernandes (Diretor do Consórcio Público do Território do Vale do Ivinhema), que fizeram uma explanação de 30 minutos cada sobre o tema, em que trataram da importância do processo de implantação e de uma experiência concretizada estado do Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Discutiu-se ainda, o papel que teria um consórcio de municípios, no sentido aumentar a força e a viabilidade para aprovação e implantação da inspeção sanitária. Ao término do Seminário foi criado um Grupo de Trabalho para tratar de assuntos relacionados ao tema no Território Prof. Cory/ Andradina.

As reuniões seguintes ao Seminário, realizadas pelo grupo de trabalho no qual o Nedet também participa como articulador, foram discutidas quais as abordagens que deveriam ser feitas para a sensibilização e mobilização dos prefeitos para a criação do

consórcio intermunicipal e SUASA. Para tanto cada membro do grupo ficou responsável de averiguar em seu município quais eram os conselhos municipais existentes e atuantes, e nestes conselhos procurar membros que colaborassem com a causa em questão. Em seguida foram montadas equipes para realizar uma primeira reunião com cada prefeito dos municípios do Território para tratar do assunto.

A assessoria do Nedet tem atuado nesta tarefa como um elo bastante relevante no que se refere a articulação dos participantes com demais atores envolvidos neste processo. Esta atuação envolve a realização de contatos com prefeituras, palestrantes e especialistas da área para realização de visitas e palestras para o Colegiado, assim como o levantamento de informações e modelos de documentos para serem utilizados na estruturação e implantação do SUASA.

Em um segundo momento foi feita a apresentação dos resultados obtidos pelo grupo de trabalho sobre o tema SUASA por um representante de cada município. Este levantamento constou da coleta de informações sobre os municípios do Território, tais como: quais conselhos são atuantes em cada município, número de assentamentos, área agrícola, existência do projeto de lei do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), entre outras informações.

Neste contexto o Grupo de Trabalho sentiu necessidade de observar uma realidade de SUASA já implantado, sendo organizada uma visita técnica para conhecer a estrutura do Consórcio do Vale do Ivinhema em Bataguassu (MS). Esta visita teve como objetivo, portanto, observar as instalações que são vistoriadas pelos responsáveis técnicos do Sistema de Inspeção SISBI-SUASA, bem como a infraestrutura necessária e as etapas do processo de realização de um consórcio intermunicipal. No dia 3/08/2015 uma comissão, formada por técnicos que compunham o Grupo e assessores do Nedet, em companhia da Med. Vet. Daniele Cristina Cabriotti, visitou as instalações de processamento de carne (abatedouro e frigorífico com capacidade de abate de 65 animais/dia, preparado para suínos, ovinos e bovinos) do município de Anauralândia. Já no dia 4/08 em companhia do Med. Vet. Diego Moreira, o grupo visitou uma unidade de beneficiamento de leite com capacidade de processamento de 8 mil L/dia (aderido ao SISBI); em seguida a comissão pode observar as instalações de uma unidade com capacidade de processamento de 800 L/dia (situada na sede de um dos assentamentos do município de Bataguassu) e outra com capacidade de 150 L/dia (pertencente a um dos assentados da região), estas últimas em processo de adesão ao SIM.

A adesão de serviços de inspeção municipais, mediante avaliação da equivalência do serviço de inspeção relativo a qualidade dos produtos, pode ser também de forma coletiva, através de um consórcio de municípios, conforme já indicamos. A vantagem da adesão em consórcio de municípios é que a estrutura do serviço, que inclui a equipe técnica de inspeção, veículo, computador, telefone e sala de trabalho, poderá ser a mesma para todos os municípios que fazem parte do consórcio. Dessa forma, os custos do serviço de pessoal e da estrutura física do serviço de inspeção serão divididos entre os vários municípios que fazem parte do consórcio. Esta alternativa é muito importante principalmente para os pequenos municípios, pois diminui o custo do serviço (BRASIL, 2013).

No momento atual, a partir da ajuda de uma das entidades componentes (o Itesp) do Grupo de trabalho, tem conseguido espaço nas reuniões da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (AMENSP) e já está em pauta a formação de um consórcio de municípios, com o intuito de facilitar a adesão ao SUASA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral as atividades realizadas continuamente por este grupo visaram discutir e buscar formas de se realizar a implantação de um sistema de inspeção de maneira mais eficaz no Território Prof. Cory/Andradina, de modo a viabilizar a agregação de valor aos produtos oriundos dos agricultores familiares, de modo a fortalecer esse segmento social e a política territorial.

O Grupo de Trabalho segue realizando as atividades, ainda que com dificuldades de implantação efetiva da inspeção no Território, visto que depende de uma articulação política complexa, envolvendo organizações de produtores assentados, técnicos (veterinários), prefeituras e consórcios de municípios.

O Nedet tem buscado contribuir para articulação dos atores sociais e para manter a mobilização do Grupo de Trabalho e do Codeter, visando a criar as condições necessárias à implantação do SUASA no referido Território.

REFERÊNCIAS

ADIB, R. A. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia de planejamento**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento territorial**. Brasília: MDA/SDT, 2010. 39p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Balanco de gestão 2003-2010: Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT**. Brasília: MDA/SDT, 2011. 144 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Documento orientador sobre o SUASA**. Brasília: MDA/SDT, 2013. 18p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CODETER ANDRADINA *Proposta: transformação do Território Rural de Andradina em Território da Cidadania*. Documento enviado a SDT/MDA, 2013. 24p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: Resultados Preliminares do Universo**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=6&i=P&c=3145>. Acesso em junho de 2016.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: junho de 2016.

MATTEI, L. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Revista Economia**, NE, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

SANT'ANA, A. L. et al. **Análise comparativa dos sistemas de produção e das estratégias dos produtores familiares em duas microrregiões do noroeste paulista**.

Relatório de Final de Pesquisa, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Unesp, 2012. 95p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 168 p.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TARSITANO, R. A. **Avaliação dos Projetos Proinf do Território de Andradina (SP), a partir da perspectiva dos atores**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia (Sistemas de Produção), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2012.